



## O ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5 NAS PÁGINAS DO JORNAL ÚLTIMA HORA<sup>1</sup>

Marcos Emílio Ekman Faber<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo é resultado de pesquisa realizada no Museu Hipólito da Costa em Porto Alegre/RS, no acervo digital do Arquivo Público de São Paulo e no acervo digital do Jornal do Brasil. Com o objetivo de analisar o lançamento do Ato Institucional número 5 (AI-5) e como este esteve presente nos veículos de comunicação oposicionistas, no caso, o jornal Última Hora. A baliza temporal adotada foi a que compreende as edições do referido jornal entre os dias 12 de dezembro de 1968 e 3 de janeiro de 1969. Para a realização da pesquisa utilizei o método comparativo entre as notícias e discursos presente no jornal Última Hora e a historiografia disponível sobre o tema, em especial os autores que foram minhas referências no campo historiográfico: Adriano Nervo Codato e Rodrigo Patto Sá Motta. Já com relação à análise teórica, tive por os referenciais os autores: Eni Puccinelli Orlandi e Raoul Girardet.

**Palavras-Chave:** Ato Institucional número 5. Golpe Militar. Autoritarismo.

### 1 Introdução

Poucos temas têm promovido tantos debates acalorados quanto o Golpe Civil-Militar de 1964 e a ditadura<sup>3</sup> militar (1964-1985) que dele surgiu. Este assunto tem sido estudado por inúmeros pesquisadores, sem que o tema seja esgotado, pois sempre haverá espaço para novas interpretações e análises. Afinal nem todos os documentos sobre o período estão disponíveis aos pesquisadores.

Dentro desta perspectiva, pretendo, neste artigo, dar continuidade a uma pesquisa que realizei ainda na graduação intitulada *A Imprensa Jornalística Porto-Alegrense e os Últimos Dias do Governo João Goulart*<sup>4</sup>, onde realizei uma análise comparativa entre a cobertura

<sup>1</sup> Artigo adaptado de Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de especialização em História do Brasil Contemporâneo (2010) da FAPA. Orientador: Prof. Dr. Raul Rebello Vital Júnior.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Pós-graduado em História do Brasil Contemporâneo (especialização) na mesma instituição. E-mail: marfaber@hotmail.com.

<sup>3</sup> Conceito aqui entendido como regimes de governo não-democráticos ou antidemocráticos, isto é, aqueles onde não há participação popular, ou onde isso ocorre de maneira muito restrita. A ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais, ela se impõe de fato, pela força, subvertendo a ordem política que existia anteriormente. A extensão do poder do ditador não está determinada pela Constituição nem sofre qualquer tipo de limites. Sua duração não está prevista de modo algum e pode se estender por décadas. Podemos distinguir dois tipos de ditadura, as conservadoras, cuja finalidade é defender o status quo dos perigos de uma mudança e, as revolucionárias que visam abater ou minar, de forma radical, a velha ordem político-social e introduzir uma ordem nova.

<sup>4</sup> FABER, 2008.

dos últimos dias do governo João Goulart – entre o dia 10 de março e o dia 2 de abril de 1964 – em dois dos principais jornais de Porto Alegre da época: Diário de Notícias – jornal que defendeu a derrubada do presidente Jango – e Última Hora – jornal que defendia a legalidade, apoiando o governo de João Goulart. Agora pretendo ampliar esta pesquisa estendendo-a até o lançamento do Ato Institucional<sup>5</sup> número 5. Com isso, acredito estar contribuindo no enriquecimento do debate sobre o período ditatorial brasileiro.

Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar se a versão apresentada pelo jornal Última Hora a respeito do lançamento do Ato Institucional número 5 foi dentro de uma perspectiva crítica/oposicionista ao regime civil-militar imposto. E, também de analisar como ocorreu a cobertura ao lançamento do AI-5 no referido jornal, realizando a análise comparativa desta cobertura com a de outro jornal – o Jornal do Brasil – e com a bibliografia histórica do período, especialmente o autor Adriano Nervo Codato.

Para isso, minha pesquisa ocorreu com a análise de como o discurso ditatorial esteve presente na fala dos militares em exposição na mídia impressa e como este discurso foi recebido pela mesma imprensa, no caso, o jornal Última Hora.

A importância do tema está em entender como ocorreu a recepção ao lançamento do AI-5, a partir da perspectiva do jornal Última Hora e, assim, compreender, ao menos em parte, como as oposições entenderam o lançamento deste Ato Institucional. Contudo, procuro também demonstrar a complexidade em que o lançamento do referido Ato ocorreu e como este jornal o recebeu.

Outro fator importante é que, no meu entender, a mídia brasileira ainda é carente de aprofundamento bibliográfico, necessitando de estudos historiográficos mais aprofundados. Portanto, estudar este tema é fundamental para a compreensão das razões que levaram a mídia<sup>6</sup> brasileira a desempenhar um papel de hegemonia sobre a informação no Brasil Contemporâneo.

Quanto à problemática que procuro responder neste artigo é: Foi o jornal Última Hora capaz de abordar o lançamento do AI-5 numa perspectiva crítica/oposicionista? A tese que defendo é a de que o jornal Última Hora foi um veículo de oposição ao lançamento do AI-5. Pois, o jornal foi fundado como base de apoio ao governo Getúlio Vargas, apoiou o governo do presidente João Goulart e esteve na oposição ao Golpe Civil-Militar em março/abril de 1964.

---

<sup>5</sup> Os Atos Institucionais foram decretos emitidos pelo governo ditatorial brasileiro com a finalidade de manter a legalidade do regime militar.

<sup>6</sup> Este conceito pode ter vários significados, porém aqui nos referimos a mídia como a expressão dos veículos de comunicação, não só jornalísticos, mas todo e qualquer veículo de comunicação formador de opinião. São, portanto, instituições que controlam e repassam notícias à população em geral. A mídia pode ser dividida em duas categorias principais: mídia eletrônica (rádio, televisão, internet, etc.) e mídia impressa (jornais, revistas, etc.).

Para comprovar minha hipótese utilizo como referencial teórico as ideias de Adriano Nervo Codato (2004). O autor afirma que o Ato Institucional número 5 foi a consumação do Golpe Civil-Militar de 1964, onde o grupo militar representante das alas mais conservadoras do exército tomou o controle do regime.

Neste artigo, procuro conciliar a tese de Codato às ideias expostas pelos articulistas do jornal Última Hora. Pois entendo que estes últimos já faziam a mesma interpretação dos fatos que o referido autor.

Quanto à análise textual e discursiva presente no jornal, utilizo como referencial teórico os autores Eni Puccinelli Orlandi (1999), sobre a Análise do Discurso, e Raoul Girardet (1987) com sua teoria dos mitos e mitologias na política.

Outro dado importante sobre a pesquisa é que ela ocorreu com a análise e interpretação de jornais disponíveis nos arquivos do Museu Hipólito da Costa em Porto Alegre/RS, no acervo eletrônico do Arquivo Público de São Paulo (disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>), no acervo eletrônico do Jornal do Brasil (disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>) e no acervo eletrônico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>) e na bibliografia histórica disponível.

Para completar, é importante salientar que minha análise foi enfatizada em dois fatores principais: os pronunciamentos oficiais do governo realizados pelo então presidente Costa e Silva e as notícias veiculadas no próprio jornal, especialmente seus editoriais, sobre os fatos ocorridos entre os dias 12 de dezembro de 1968 e 3 de janeiro de 1969.

## **2 A Ditadura Militar Brasileira e o Lançamento do Ato Institucional Número 5**

### **2.1 O panorama político entre 1964 e 1968**

Apesar de o Golpe Civil-Militar ter ocorrido em 31 de março de 1964, ele somente se tornou uma ditadura violenta e repressiva após o lançamento do Ato Institucional número 5 em 1968. Assim, para compreendermos a origem e os motivos para a edição do Ato Institucional número 5 é necessário compreender o panorama político interno e externo ao regime entre 1964 e 1968.

Para tanto, torna-se necessário entender que o regime instalado em 1964 não era coeso, dentro dele existia uma grande variedade de correntes políticas, com interesses distintos e, principalmente, com uma visão de Brasil própria de cada um. Segundo Codato, as principais correntes militares da época eram: os *castelistas*, grupo formado por membros da Escola Superior de Guerra (ESG), também conhecidos por *sorbone*; os *albuquerqueistas*;

os *palacianos* e; o grupo denominado *linha dura*, do qual se destacava o Marechal Costa e Silva, presidente do Brasil à época do lançamento do AI-5.

As disputas políticas entre os grupos ocorriam, principalmente, entre os *castelistas*, centralizados na figura do presidente Castelo Branco, e os *linha dura*, estes últimos representantes dos setores mais conservadores do regime que desejavam o endurecimento do mesmo, principalmente com relação à repressão aos opositores da “Revolução e 64”. Tanto um grupo quanto o outro não possuía, em 1964, um projeto de governo para o Brasil, ambos estavam mais preocupados em derrubar os movimentos “perigosos” e o populismo<sup>7</sup>. Segundo Motta<sup>8</sup>, a principal convergência entre estes grupos era o anticomunismo<sup>9</sup>.

Enquanto isso, fora do regime, a situação política era de descontentamento, havia uma série de manifestações contrárias ao regime: movimento estudantil (União Nacional dos Estudantes – UNE), classe média (profissionais liberais e feministas) e burgueses (comerciantes, industriários e fazendeiros). Dentre estas manifestações, destacam-se a passeata do “Dia do Luto”, pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, e a passeata dos “Cem Mil” entre outros, como principais manifestações de oposição à ditadura. Estes movimentos representavam a insatisfação de importantes setores da sociedade, assim como a instabilidade política do regime<sup>10</sup>.

## 2.2 O Ato Institucional número 5

Na historiografia brasileira existem ao menos cinco destacadas interpretações diferentes sobre o lançamento do Ato Institucional número 5. Adriano Codato (2004) relata essas cinco hipóteses dividindo-as em dois grupos: *internalistas*, onde as causas para o lançamento do AI-5 estavam dentro do regime, e *externalistas*, onde as causas para o lançamento do Ato estavam fora do regime.

Para Codato, a primeira das hipóteses é a de que o AI-5 representou o endurecimento do regime sendo a vitória política do grupo *linha dura* sobre os *castelistas* (moderados); A segunda hipótese atribui ao grupo *linha dura* a orquestração com sucesso de um “golpe dentro do golpe”, ou seja, o AI-5 teria sido um golpe dos radicais de direita sobre os *castelistas*. Porém, ambas as explicações *internalistas* superestimam o regime militar e afirmam que o grupo *linha dura* teria sido o único responsável pela radicalização do regime.

---

<sup>7</sup> CODATO, 2004.

<sup>8</sup> MOTTA, 2006.

<sup>9</sup> Anticomunismo é uma reação da extrema direita contra os comunistas, onde setores da sociedade organizados ou não se posicionam contrários a uma suposta ameaça comunista e passam a perseguir o comunismo na prática e/ou através dos veículos de comunicação (mídia eletrônica e/ou impressa).

<sup>10</sup> CODATO, 2004.

Já os adeptos da terceira hipótese afirmam ter existido uma radicalização dos movimentos oposicionistas, especialmente o movimento estudantil, fato que obrigou o governo militar a lançar o AI-5; já os adeptos da quarta hipótese afirmam que o AI-5 foi causado devido a uma crise parlamentar envolvendo o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB). Porém, ambas as explicações *externalistas* caem no mesmo erro das anteriores, mas pelo motivo inverso, isto é, superestimam as oposições ao regime como se estas fossem capazes, naquele momento, de representar uma alternativa coesa ao regime imposto.

Já a última das correntes teóricas – também *internalista* –, onde se enquadra a CIA (inteligência estadunidense), atribui a necessidade da implantação do Ato Institucional número 5 a uma suposta inabilidade política do presidente Costa e Silva, porém esta hipótese deve ser descartada por estar impregnada de um preconceito estadunidense sobre o presidente brasileiro.

No caso desta monografia, não me basearei em nenhuma destas hipóteses isoladamente, mas numa combinação entre elas. Para tanto tive como base de argumentação teórica o próprio autor Adriano Nervo Codato e seu artigo: “O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”<sup>11</sup>. Neste artigo, o autor afirma que seu objetivo foi o de “refletir sobre o processo de conversão do ‘regime autoritário’ brasileiro do pós 64 (...) em regime ditatorial-militar no pós 68”<sup>12</sup> e examinar as causas da edição do AI-5. Para confirmar isso, Codato inicia seu artigo com a seguinte afirmação: “O ano de 1964 só se consuma politicamente em 1968”<sup>13</sup>, ou seja, o Golpe de 1964 somente se concretizou após a edição do Ato Institucional número 5, onde ocorreu a transição entre o regime autoritário para um regime militar de extrema direita.

Para Cotado, nenhuma das cinco hipóteses citadas anteriormente foi capaz de explicar isoladamente os motivos que levaram o regime de 1964 ao endurecimento de 1968. Para o autor, é necessário combinar estas explicações, porém, levando em conta o fator ideológico<sup>14</sup>. Pois as explicações para a edição do AI-5 passam por questões ideológicas em

---

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>14</sup> Conceito de ideologia aqui entendido é o conceito marxista, onde a ideologia é entendida como uma ilusão que temos de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque “desconsideramos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. Esse poder, que é social, Marx deu o nome de ideologia” (CHAUÍ, 1999, p. 52). Marilena Chauí define ideologia como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo e prático (normas, regras, preceito) de caráter prescritivo, normativo e regulador (CHAUÍ, 1984). João Batista Libânio escreve que a ideologia passa por três fases principais: a primeira, quando temos a consciência de que a situação dominante se torna um problema e apresentamos uma alternativa, uma mudança ao status quo; a segunda é a consolidação desta nova alternativa à realidade dominante e sua consolidação,

comum dentro das distintas correntes internas ao regime (*linha dura, albuquerqueistas, palacianos e castelistas*), ou seja, o temor ao comunismo.

O preâmbulo e o artigo 4º do AI-5 colaboram com a tese do autor, pois revelam o preconceito/temor ao comunismo e a necessidade de defender a “Revolução”, isto é, o regime militar, deixando claro seu teor anticomunista.

CONSIDERANDO (...) que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; (Preâmbulo do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968)

[...] No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (Art. 4º. Do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968).

Desta forma, a ameaça oposicionista, especialmente a comunista, serviu como pretexto para justificar o golpe autoritário, como também reprimir os movimentos populares, garantindo, assim, os interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, o objetivo era o de manter inalterado o *status quo*<sup>15</sup>.

É bastante óbvio que as oposições tiveram seu papel de destaque neste processo, inclusive, sendo a justificativa para os militares radicalizarem o regime. Porém, o discurso anticomunista se manteve como o aglutinador das principais forças militares do país o que possibilitou ao grupo *linha dura* ter apoio dos outros grupos das Forças Armadas e lançar o Ato Institucional número 5, fechando ainda mais o regime.

Neste sentido tornam-se importante as teses de Rodrigo Patto Sá Motta no artigo “O Anticomunismo Militar”<sup>16</sup>, onde o autor afirma que o fator de aproximação ideológica entre os principais grupos militares era a atualidade do discurso anticomunista, ou seja, para o autor o discurso anticomunista estava bastante vivo no imaginário militar durante o período 1964-1968. Assim, Codato e Motta concordam que o discurso anticomunista representou o fator de coalizão entre os diferentes grupos militares da época.

### 2.3 Jornal Última Hora

O jornal Última Hora (UH), foi fundado por Samuel Wainer, como um veículo de comunicação de apoio ao presidente Getúlio Vargas<sup>17</sup>. Após a morte deste, o jornal passou

---

quando esta se torna *senso comum*; a terceira é quando a ideologia passa a apresentar contradições e é criticada (1995, p. 29).

<sup>15</sup> MOTTA, 2006, p.10.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> RUDIGER, 1993.

a apoiar seus sucessores, especialmente o governo do presidente João Goulart. Neste sentido, Última Hora foi um jornal de oposição ao golpismo, sendo um veículo de comunicação que se colocou na oposição ao Golpe Civil-Militar de 1964<sup>18</sup>. Após o Golpe, Wainer teve que se exilar na França, retornando ao comando do jornal somente no ano de 1967<sup>19</sup>. Portanto, em 1968, o jornal estava novamente nas mãos de seu fundador, mas tendo Danton Jobim como seu presidente. Em 1971, menos de três anos depois do lançamento do Ato Institucional número 5, o jornal seria vendido para a Empresa Folha da Manhã S/A, grupo proprietário do jornal Folha de São Paulo.

Outra informação importante é sobre a procedência dos jornais aqui analisados, pois ao contrário da pesquisa realizada sobre o governo João Goulart, desta vez não tive acesso à versão Porto-Alegrense do jornal, a versão que pesquisei do jornal Última Hora foi sua versão nacional, pois a redação porto-alegrense do periódico, nesta época, havia sido encampada e o jornal fechado no Rio Grande do Sul ainda em 1964. Curiosamente as máquinas e prensas foram herdadas por um grupo de ex-funcionários do próprio periódico que fundaram o jornal Zero Hora. Dois anos depois, Zero Hora seria adquirida por Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador do grupo Rede Brasil Sul, RBS<sup>20</sup>, um emérito partidário do regime instalado.

No que se refere ao gênero jornalístico do jornal Última Hora, recorro ao autor Adair Bonini<sup>21</sup>, que afirma que os gêneros jornalísticos podem ser divididos, principalmente, em dois grupos: *os jornais informativos* e *os jornais opinativos*. O jornal Última Hora, dentro desta perspectiva, pode ser enquadrado como um veículo de comunicação que integra o segundo gênero, pois suas páginas estão impregnadas pelas opiniões e defesas ideológicas que o jornal e seus editores faziam. Portanto, o jornal Última Hora não tinha por objetivo uma “neutralidade” política. Seus articulistas e jornalistas escreviam tomando posição de suas convicções político-ideológicas. Assim, o discurso jornalístico aqui analisado tem esta característica.

### **3 O Jornal Última Hora e o Ato Institucional Número 5**

#### **3.1 A véspera do AI-5 na mídia impressa**

Para compreendermos melhor o lançamento do AI-5, torna-se necessário lermos algumas das notícias, manchetes e editoriais dos jornais pesquisados a respeito dos acontecimentos ocorridos antes da edição do referido Ato Institucional.

---

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> CPDOC, [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel\\_wainer](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer).

<sup>20</sup> RUDIGER, 1993, p. 107.

<sup>21</sup> BONINI, 2008.

O primeiro dia analisado em minha pesquisa, 12 de dezembro de 1968, o Jornal a Última Hora<sup>22</sup> destacou como principal manchete: “Márcio: por horas decisão na Câmara”<sup>23</sup>, no corpo do texto o UH afirma que as lideranças arenistas<sup>24</sup> estavam desesperadas na busca do adiamento da votação por não terem a maioria do bloco governista no Congresso Nacional naquele momento.

Numa comparação com os mesmos fatos, o Jornal do Brasil estampou em sua capa o conflito no Congresso citando uma reunião entre os integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>25</sup> e lideranças da ARENA. Na página 4, o deputado federal Bernardo Cabral<sup>26</sup> (MDB-AM) alerta que é preferível ver o Congresso Nacional fechado a vê-lo sem honradez condenar o deputado Márcio Moreira Alves. Porém, o Jornal do Brasil relata o caso como uma tentativa de mediação, por parte do governo, à situação de desagrado com o deputado em questão. Para o Jornal do Brasil, o dia 12 foi um dia em que o governo tentou reverter a situação e, por isso, teria adiado a votação.

Neste primeiro dia, o principal assunto foi o julgamento do deputado Márcio Moreira Alves. Em ambos os jornais as notícias são de insegurança sobre a manutenção das garantias políticas, não somente do deputado, mas de todos os congressistas. Na página 2 do UH, existe uma citação da declaração do presidente Costa e Silva que afirma “a maior vitória da revolução é ter mantido o regime em sua evolução natural”, ou seja, o regime ditatorial estava em marcha, “evoluindo”, o que tornava cada vez mais insegura a realização de qualquer manifestação oposicionista, principalmente neste momento delicado da vida pública brasileira.

Segundo Codato<sup>27</sup>, o presidente Costa e Silva era membro e líder do grupo militar denominado *linha dura*. Portanto, a referida “evolução da Revolução” significaria o enrijecimento do regime, tornando o governo mais duro e rígido do que era anteriormente. A “evolução natural” significaria, como veremos nas notícias e editoriais dos dias seguintes, a ampliação dos poderes do Estado e, conseqüentemente, do próprio presidente e do grupo que ele liderava.

---

<sup>22</sup> Para uma melhor compreensão do texto, a partir daqui, as referências ao jornal Última Hora serão feitas através da abreviatura UH.

<sup>23</sup> No dia 2 de setembro de 1968, o então deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) fez pronunciamento na Câmara Federal protestando contra a invasão à Universidade de Brasília (UnB) sugerindo um boicote ao militarismo e a ditadura. Segundo relato no site bibliográfico do ex-deputado, seu discurso foi ofensivo aos “brios e a dignidade das forças armadas”. Disponível em: <http://www.marciomoreiraalves.com>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

<sup>24</sup> Membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) partido de sustentação ao regime militar instaurado.

<sup>25</sup> Único partido político de oposição legalizado na época. A existência do MDB garantia uma aparência democrática ao regime. Disfarçando seu caráter ditatorial e repressor.

<sup>26</sup> Bernardo Cabral foi um dos deputados federais cassados pelo AI-5.

<sup>27</sup> CODATO, 2004, pp 11-36.



No que se refere às palavras de Costa e Silva sobre a “evolução da Revolução”, o autor Raoul Girardet<sup>28</sup> afirma que a conspiração maléfica sempre estará, num discurso, identificada no oponente, como sendo este a representação do mal. Assim, o governo necessitava construir uma justificativa para ampliar seu poder “revolucionário”. Para isso, construiu uma identidade para a oposição ao regime: o mal a ser extirpado da sociedade. Mas quem seria esse mal a ser derrotado? Segundo o autor Motta, este inimigo, ao menos no discurso, era o comunismo<sup>29</sup>, neste caso, entendido como toda e qualquer possibilidade de ameaça ao *status quo*. Portanto, comunismo, para os militares, era todo e qualquer grupo que fizesse oposição ao regime estabelecido.

Assim como o governo, o jornal Última Hora, mantendo-se em sua posição contrária ao regime ditatorial, resistiu em aceitar o argumento governista. O jornal, que parecia antever os dias que estavam por vir, procurou mostrar o regime como militarizado, antidemocrático e ditatorial. Por isso, em vários momentos, o presidente Costa e Silva não era tratado pela alcunha de presidente, mas por marechal, enfatizando assim, o caráter militar e ditatorial do regime instalado. Desta forma, o jornal UH também criava sua versão conspiratória para os fatos, pois o periódico apontava o presidente e o regime como autoritários e antidemocráticos, que, portanto, deveriam ser combatidos.

No dia 13 de dezembro, o dia em que seria lançado o Ato Institucional número 5, o jornal UH deu ampla cobertura ao caso Moreira Alves. A postura do jornal foi de exaltação ao desfecho, porém já noticiando a eminência do endurecimento do regime. Pois o Congresso havia negado o pedido de abertura do processo de cassação ao deputado Márcio Moreira Alves.

A manchete principal do UH foi “Não da Câmara agrava a crise: convocado o Conselho de Segurança Nacional” e prosseguiu afirmando que

Em meio a rumores de que seria decretado o recesso do Congresso e editado um Ato Adicional autorizando o Presidente da República a cassar mandatos e suspender direitos políticos, o Marechal Costa e Silva reuniu-se, esta manhã, no Palácio das Laranjeiras, com os chefes militares e o Conselho de Segurança Nacional para examinar a situação de crise em todo o país. (ÚLTIMA HORA, 13/12/1968, p. 1).

Ainda na capa do UH,

Os chefes militares debateram, na oportunidade, diversas providências destinadas a prevenir manifestações na rua, programadas para hoje, no Rio e em São Paulo, por setores estudantis, “em regozijo pela decisão da Câmara”, segundo apuraram os serviços de informação do governo (ÚLTIMA HORA, 13/12/1968, p. 1).

---

<sup>28</sup> GIRARDET, 1997, p. 17.

<sup>29</sup> MOTTA, 2006, pp. 9-11.

Sem dúvida o jornal UH já noticiava o iminente “golpe dentro do golpe” e o endurecimento do regime. Danton Jobim<sup>30</sup> assinou uma coluna na primeira página do jornal com o título “Os dados estão lançados”, onde afirma:

Esta hora não deve ser de euforia. Qualquer que tenha sido o desfecho do episódio do parlamentar ontem encerrado, as opressões não desapareceram e a crise de que ele resultou não foi debelada (ÚLTIMA HORA, 13/12/1968, p. 1).

Danton Jobim escreveu, nesta coluna, sobre seu temor de que a crise apenas começara, pois os militares não deixariam a derrota no Congresso abalar o regime, ao contrário, estavam dispostos a intensificá-lo. Enquanto parte significativa da oposição comemorava a vitória no Congresso, o jornal UH alertava sobre o que estava por vir.

Neste mesmo dia, o Jornal do Brasil realizou ampla cobertura sobre os acontecimentos da Câmara Federal. A principal manchete de capa foi “Câmara nega licença e Exército entra em prontidão”. Na página 5, uma notícia intitulada “Militares preveem para hoje edição de Ato Institucional”. A informação, colhida “nos meios militares”, descreve que a solução para a crise política se fará através da edição de novo Ato Institucional. No corpo da notícia é descrita uma manobra militar envolvendo tanques do exército, a justificativa para a manobra fornecida pelo comandante do I Exército, General Siseno Sarmiento, é de que foi “o retorno de tropas de exercícios militares”. Porém, segundo o Jornal do Brasil “houve problemas de indisciplina na Vila Militar, assim que o comando e oficiais do Estado-Maior souberam da decisão da Câmara”.

O ambiente para o lançamento do Ato Institucional estava formado.

### **3.2 O AI-5 nas páginas do jornal Última Hora**

Manchete do jornal Última Hora do dia 14<sup>31</sup>: “Ato-5: Objetivo é Manter Revolução” e notícia em destaque: “1. Congresso em recesso por tempo indeterminado; 2. Habeas-corpus suspenso para delitos políticos; 3. Poder para cassar, demitir, aposentar e remover”.

A reprodução da frase do Presidente Castelo Branco é emblemática, se o objetivo era manter a Revolução era por que o regime estava correndo perigo. Sendo este perigo externo ao governo, ou seja, a alegação do ditador era a de que o AI-5 fora lançado em resposta ao perigo oposicionista. Nitidamente a frase foi direcionada ao exército e não a população. Pois, aqueles a quem o governo necessitava ao seu lado eram os militares, ou seja, todas as facções políticas que compunham o exército brasileiro naquele momento. Esse discurso aglutinador buscava o apoio de todos os militares contra os perigos que a

---

<sup>30</sup> Presidente do Jornal Última Hora em 1968 e responsável por boa parte dos editoriais do jornal no período analisado.

<sup>31</sup> A reprodução da capa desta edição encontra-se no final do artigo.

Revolução de 64 sofria. Na fala de Costa e Silva, as causas para o lançamento do AI-5 eram externas ao regime.

Moacir Wernek<sup>32</sup>, no editorial, página 2 do UH, intitulado “Ressurreição do Udenismo<sup>33</sup>”, afirma que:

Um dos teóricos do regime de abril, interrogado, ainda no governo do Marechal Castelo Branco, sobre as perspectivas da situação brasileira, dizia que a chamada normalização estava na dependência de um fato: a consolidação da Arena como instrumento político da revolução.

Como se está vendo, os cálculos falharam. Consolidou-se a base militar do regime, mas nem tudo ficou resolvido. O voto de anteontem na Câmara dos Deputados abriu uma brecha inesperada na estrutura laboriosamente montada pelo *castelismo*. Basta um dado: na Arena mineira, de 35 deputados, 22 votaram contra a concessão de licença para processar Márcio Moreira Alves (ÚLTIMA HORA, 14/12/1968, p. 2).

Assim, segundo o jornalista, o AI-5 representava a derrubada do *castelismo* e a ascensão do grupo militar *linha-dura* no comando do regime. Por essa interpretação, o AI-5 significava a vitória de um grupo militar sobre o outro. Portanto, os acontecimentos do caso Márcio Moreira Alves teriam fornecido apenas a justificativa para que as alas mais conservadoras do regime assumissem o controle “revolucionário”. O articulista também chama a atenção para o fato de o AI-5 ter ocorrido em consequência de uma desavença interna no regime, entre o grupo político ligado a UDN, ou seja, adeptos das ideias *castelistas*, e o grupo *linha dura*, ligados ao Presidente Costa e Silva, prevalecendo os interesses destes últimos. Assim, a interpretação de Wernek apontava na direção oposta ao discurso presidencial. Porém, com uma diferença importante em relação ao autor Codato, pois, ao contrário de Codato, o articulista entendia que os *castelistas* tentaram evitar o endurecimento do regime, ao menos no caso Moreira Alves.

Wernek continua:

Antes de inventar o sistema bipartidarismo em que vivemos, o Marechal Castelo Branco proclamava-se um udenista histórico. Para ele, a UDN era “o aríete da revolução”. (...) O novo regime nasceu politicamente sob o signo do udenismo.

[...]

Pois foi o udenismo, cerne do novo regime, que decretou agora a falência da máquina política. Ao anunciar seu voto contra a licença para processar Márcio (ÚLTIMA HORA, 14/12/1968, p. 2).

E prossegue,

É um fenômeno curioso este a cujo desdobramento estamos assistindo. Ninguém pode prever, no momento, como ele evoluirá. Mas é visível que a UDN só ressurgiu para, numa espécie de vingança, liquidar a Arena ou pelo

<sup>32</sup> Moacir Wernek de Castro era o Diretor Responsável do Jornal Última Hora (editorial do jornal).

<sup>33</sup> UDN, União Democrática Nacional. Partido político brasileiro do período 1945-1964. Partido de orientação conservadora e anti-getulista.

menos anulá-la no seu proclamado destino de instrumento político da revolução.

Agora será preciso partirem para a montagem de um outro mecanismo político. Qual será? Como será? Tudo é possível, menos governar sem mecanismo algum. (...) Até lá teremos um novo capítulo da nossa história política, cheio de incógnitas, de imprevistos e de contradições (ÚLTIMA HORA, 14/12/1968, p. 2).

Para Wernek, Costa e Silva sabia exatamente o que estava fazendo e o AI-5 foi o instrumento encontrado pelo Presidente para modificar as regras do jogo e, assim, tomar o controle do regime, calando os *castelistas*.

Dentro desta perspectiva, Adriano Nervo Codato, escreveu que

O 13 de dezembro de 1968 foi o momento crucial na definição do autoritarismo militar como um processo de longa duração. Na conjuntura que vai, grosso modo, de março/abril de 1967 a outubro de 1968, se expressaram e se resolveram, ao menos temporariamente, contradições agudas, quer no interior do aparelho de Estado (e, mais especificamente, no seio do seu ramo dominante: as Forças Armadas), quer no relacionamento entre o Estado e os setores sociais que se lançaram à oposição (CODATO, 2004, p. 27).

Assim, a evolução do regime de exceção deveria passar por uma readequação do aparelho de Estado. A fórmula encontrada pelo grupo no poder foi se utilizar das imposições previstas pelo AI-5, e, assim, fortalecer o poder executivo.

No dia 16 de dezembro, o editorial do UH, página 2, Fabio Mendes escreveu uma coluna intitulada “O que fazer em Brasília”, onde descreveu a situação inusitada dos deputados federais de oposição.

Quando a gente se defronta com um parlamentar em Brasília, nestes últimos dias, olha-o de alto a baixo, da maneira mais discreta possível, e faz a pergunta íntima: ‘Será que este vai entrar pelo cano?’. Geralmente se conclui que vai, pois além de ser homem do MDB, votou sempre contra o governo e apesar de reiteradas vezes advertido, andou dizendo na tribuna, ou em entrevista jornalística, o que não devia ter dito (ÚLTIMA HORA, 16/12/1968, p. 2).

O jornal deste dia nos fornece uma demonstração do que viria a se tornar uma prática comum durante o período imediatamente após o lançamento do AI-5. Os jornalistas e editores do jornal Última Hora estariam calados, possivelmente censurados pelo regime. Mesmo assim podemos perceber na fala de Mendes sua denúncia sobre o endurecimento do regime, pois a oposição estava com os dias contados.

No dia 17, o UH destacou como principal manchete a frase do Presidente Costa e Silva “Poderemos fazer novas Revoluções”<sup>34</sup>, pronunciada em seu discurso presidencial na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Sobre o discurso presidencial, o UH levanta cinco pontos principais:

---

<sup>34</sup> A reprodução da capa desta edição encontra-se no final do artigo.

1. No discurso ante os diplomados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ele advertiu que “sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução”. E pediu aos militares que se mantenham “monoliticamente coesos”.
2. “Quem vos fala é o vosso Chefe da Revolução de 1964, que ajudastes a fazer Presidente da República e que jamais, por um dia sequer, se esqueceu das suas queridas origens do Exército. Ficai atentos. Os derrotados de março procurarão reconquistar posições”.
3. Em outras referências aos que foram afastados pelo movimento de 64, o Presidente da República, adiantou: “Neste propósito, utilizamos todos os recursos para tentar influenciar-vos. Usaram a maledicência. A falsidade. A falácia. A mentira. A calúnia”.
4. “Quiseram dividir-vos. A Nação inteira compreendeu que os militares não aceitassem, como através de seus chefes não aceitaram, que se atingisse impunemente o pundonor da classe, pela ofensa desmedida e covardemente acobertada por imunidades”.
5. “Procuraram desmoralizar o Governo e procuraram desmoralizar-vos. Numa e em outra tarefa, escutastes vozes a levantar-se na tribuna, na cátedra, no Congresso, na imprensa” (ÚLTIMA HORA, 17/12/1968, p.1).

No discurso presidencial<sup>35</sup>, Costa e Silva defendeu a manutenção da democracia, afirmando que era um combatente da ditadura – neste caso, associando a palavra ditadura aos inimigos da Revolução de 64. Mas o mais importante no discurso presidencial está em sua fala sobre a necessidade de coesão das Forças Armadas, da qual se refere inúmeras vezes como Chefe da Revolução de 1964. Desta forma, Costa e Silva deixa claro sua origem no Exército e convoca a união das Forças Armadas contra aqueles que tentam dividi-la. Pois, os inimigos da Revolução utilizam da mentira e da maledicência para minar o comando do Exército. Nesta fala, o Presidente não estava somente atacando a oposição externa ao regime, mas, principalmente, os opositores dentro do próprio regime. Com isso, Costa e Silva garantia ao seu lado todos as facções militares existentes naquele momento.

Apesar de não utilizar a expressão comunismo – palavra pouco pronunciada pelos veículos oficiais da época – o discurso presidencial está repleto de acusações de uma oposição que não é comprometida com os ideais da Nação, uma oposição que é formada por grupos dos quais os integrantes foram os derrotados em 1964, ou seja, formada por aqueles que na campanha de derrubada de João Goulart eram identificados como comunistas<sup>36</sup>.

Costa e Silva também alerta os militares presentes na ECEME dizendo:

Ficai atentos, os derrotados de março, procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam. Neste propósito, utilizarão todos os recursos para influenciar-vos. Usaram e usarão a malediscencia. A falsidade. A falácia. A mentira. A calúnia. Quizeram por vezes dividir-vos. Lançaram dúvidas sobre vós, ao mesmo tempo vos atacaram diante da opinião

<sup>35</sup> O discurso do Presidente Costa e Silva foi publicado integralmente na página 2 do jornal.

<sup>36</sup> Para aprofundar ver meu artigo intitulado **A Imprensa Jornalística Porto-Alegrense e os Últimos Dias do Governo João Goulart**, disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/um/marcosfaber.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.

pública, foram deliberadamente contraditórios para alcançar os objetivos desejados.

Procuraram desmoralizar o governo e procuraram desmoralizar-vos.  
(ÚLTIMA HORA, 17/12/1968, p. 3)

Neste trecho, o presidente faz referências aos que estavam no poder antes da Revolução de 1964, tendo como objetivo atrair o apoio de todas as alas militares que faziam parte do regime. Por esse motivo, o discurso de Costa e Silva faz várias referências ao que fora o discurso anticomunista em março/abril de 1964. Segundo Codato<sup>37</sup>, como vimos anteriormente, foi esse discurso anticomunista que garantiu a unidade ideológica entre as diferentes alas militares, garantindo o apoio ao lançamento do AI-5. Sem esse discurso não haveria tal apoio, ao menos não do exército como um todo, ao fortalecimento do regime através do Ato Institucional número 5.

Outro item importante no discurso presidencial está na utilização da expressão “posições ilegítimas” para se referir ao governo deposto em 1º de abril de 1964. Ao associar a oposição ao antigo governo, e sentenciá-lo como “ilegítimo”, Costa e Silva está legitimando o comando ditatorial “revolucionário”. Portanto, no discurso presidencial, os golpistas eram os derrotados de 64 que agora tentavam retornar ao comando do Brasil.

A autora Eni Puccinelli Orlandi afirma que o discurso tem que recriar o que se deseja comunicar, pois “do sem-sentido se faz novo sentido através da mudança do discurso (...) o discurso fundador é aquele que constrói um novo imaginário social”<sup>38</sup>. Neste caso, o discurso fundador evocado pelo presidente era o mesmo discurso de março/abril de 1964. Assim, Costa e Silva se auto intitulava o defensor da pátria contra aqueles que conspiram contra a nação – os “ilegítimos”. Sendo ele mesmo o responsável por combater os conspiradores.

Raoul Girardet escreveu que o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará

colocado em referência a uma certa simbólica da mácula: o homem do complô desabrocha na fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção (GIRARDET, 1987, p. 17).

Por isso, a necessidade de Costa e Silva de identificar os grupos oposicionistas como caluniadores e falsários, que buscavam a desmoralização do governo e a desestabilização do país. Assim, nas palavras presidenciais, a oposição não buscava a derrubada do governo, mas a derrocada do país. Baseado nisso, o presidente afirma que esses “covardes utilizam a tribuna e a imprensa para difamar o governo, a pátria e as Forças Armadas”. Ao colocar governo/pátria/Forças Armadas como faces da mesma moeda, atacar o governo era o mesmo que atacar a nação e, atacar as Forças Armadas era o mesmo que atacar o país.

---

<sup>37</sup> CODATO, 2004, p. 29-33).

<sup>38</sup> ORLANDI, 1993, p. 11.

Com esse discurso, Costa e Silva abriu caminho para calar o Congresso Nacional e a mídia através da censura e das cassações, pois a justificção para isso já havia sido dada.

Noutro item importante do discurso, Costa e Silva demonstra ser ele mesmo o salvador para a crise iminente. Se existe uma conspiração contra o país, ninguém melhor do que o Chefe das Forças Armadas para ser o responsável para salvar a nação. Raoul Girardet, afirma que a identificação do libertador/salvador necessariamente precisa estar associada ao mal a ser combatido<sup>39</sup>. Pois, “o Mal apreendido como simples e exata inversão do bem, o tema não se limita, para dizer a verdade, à exploração do exclusivo domínio do imaginário político”<sup>40</sup>.

Ainda no UH do dia 17, na página 4, na reprodução do discurso do tenente-coronel João Neiva de Melo Távora, no mesmo evento da ECEME, defende que o papel do exército é “produzir segurança”,

Até passado bem recente, esta missão tradicional nunca fora objeto de incompreensão, nem mesmo nas conturbadas ocasiões – como a atual – em que as Forças Armadas compelidas a interferir no processo político para salvaguardar dos mais puros ideais da Nação brasileira (ÚLTIMA HORA, 17/12/1968, p. 4).

Ou seja, o propósito do Exército era de produzir segurança. Neste caso combatendo os inimigos da nação.

Voltando a capa do UH deste dia, existe uma pequena notícia sobre a missão espacial Apolo 8, que afirma “Gripe ameaça viagem à lua”. A partir deste dia, conforme o tempo for passando as notícias sobre política irão gradualmente perdendo lugar para notícias sobre cinema, cultura e corrida espacial, no caso a missão à Lua, Apolo 8.

No dia seguinte, 18 de dezembro, o jornal Última Hora está calado naquilo que se refere aos desdobramentos políticos dos dias anteriores, até mesmo os principais articulistas não se pronunciam sobre os últimos acontecimentos. As poucas notícias de Brasília dão ênfase ao esvaziamento da cidade e ao fato de que poucos parlamentares ficarão em Brasília para as festas de final de ano.

No dia seguinte, 19 de dezembro, na página 4 do jornal UH, esta disponibilizado na íntegra o discurso do Presidente Costa e Silva na Escola Superior de Guerra (ESG). Porém, sem que seus articulistas se pronunciem sobre o fato.

Neste ponto, cabe comparar a repercussão no jornal Última Hora sobre o discurso de Costa e Silva na ECEME com a análise do Jornal do Brasil sobre o discurso presidencial na ESG, torna-se simbólico para entendermos a oposição do primeiro jornal em relação ao governo ditatorial e o apoio que o segundo dá ao mesmo regime.

---

<sup>39</sup> GIRARDET, 1987, p. 62-63.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 62.

No Jornal do Brasil, a notícia principal sobre o discurso presidencial na ESG é “Costa e Silva quer empresários ajudando educação”<sup>41</sup>, somente no corpo da notícia constam informações sobre o conteúdo do discurso, mesmo assim, os editoriais do jornal apoiam as medidas presidenciais afirmando que o “Presidente diz que os de mãos limpas não tem razão para temer” e completa citando o presidente “o objetivo é preservar a Revolução”<sup>42</sup>, não por coincidência, mas Costa e Silva utiliza-se da mesma frase dita aos militares na ECEME. Porém, o editorial do Jornal do Brasil declara que a manutenção do regime é algo “positivo e necessário”, sem questionar os meios que o governo estava utilizando para isso. Para o editorial do Jornal do Brasil, aqueles que estão de “mãos limpas” não têm do que temer.

Mas quem eram os de “mãos limpas”? Seguramente os que apoiam o governo. Portanto, o próprio Jornal de Brasil se garantia nesta condição, não tendo motivos para acusar o governo de autoritário e antidemocrático, como fizera o UH dois dias antes.

No UH do dia 20, as notícias e editoriais sobre política ou sobre o AI-5 são escassas e o destaque do jornal está na missão espacial Apolo 8: “Tudo pronto para ida e volta à lua”, é sua manchete principal.

Mas há uma nota da Agência Nacional intitulada “Notícias falsas”:

A Agência Nacional divulgou ontem à noite a seguinte nota:

“Descabidas as notícias sobre mortes e maus-tratos. A tranquilidade reinante em todo o País vem sendo perturbada por uma ampla e insidiosa divulgação de boatos. Notícias sobre mortes e maus-tratos são descabidas e atingem os sentimentos cristãos de nossa gente. As autoridades estão vigilantes e zelam pela manutenção da ordem e da tranquilidade do povo brasileiro em todos os recantos do território nacional” (ÚLTIMA HORA, 20/12/1968, p. 1).

Passada uma semana do lançamento do AI-5, o governo tratou de se pronunciar, através de uma nota oficial, que as notícias sobre “mortes e maus-tratos” eram falsas. Pois segundo a Agência Nacional, o país estava imerso em uma grande tranquilidade, reforçando que as autoridades estão vigilantes com relação a manutenção da calma. Deixando implícito que este não era o momento de pronunciamentos contra o governo, aqueles que o fizessem poderiam ser enquadrados entre os divulgadores de “boatos”.

A nota da Agência Nacional foi, sem dúvida, um aviso aos opositores, fossem eles da imprensa ou de outros setores da sociedade. Este era o momento de todos se calarem em prol da “manutenção da ordem”.

Após longa pausa, Danton Jobim, no editorial do dia 21, volta a criticar o governo. Segundo ele foi a “falta de coesão do partido oficial no apoio ao apelo do Governo o pivô do

<sup>41</sup> Jornal do Brasil, 19/12/1969, p. 4.

<sup>42</sup> Ibidem.



incidente que desencadeou o processo do novo Ato<sup>43</sup>. Para Jobim, a oposição fez o que dela se esperava, mas que a falta de coesão dentro da ARENA no caso Márcio Moreira Alves – parte de seus parlamentares votou contra a abertura de processo contra o deputado –, foi determinante para a crise no governo. Assim, para o articulista, a falta de unidade interna nas correntes do exército foi causadora do conflito que desencadeou o lançamento do AI-5.

Neste ponto, melhor do que em outros, podemos perceber a lucidez com que o editor Danton Jobim realizou sua reflexão sobre as causas da edição do AI-5. Para o articulista, mesmo que as oposições tenham tido uma participação importante no processo, já que fizeram “o que delas se esperava”. A causa principal, para a crise, foi gerada dentro do próprio regime pela falta de coesão no seio arenista – ou seja, aquilo que foi definido por Codato como disputas entre os grupos *castelistas* e *linha dura*. Neste sentido, Danton Jobim aproximou sua interpretação daquela que, décadas mais tarde, Adriano Codato faria.

No dia seguinte, 23 de dezembro, em novo editorial, Jobim continuou sua reflexão, apesar do alerta exposto na manchete principal de jornal: “Comandante da II Brigada faz advertências: 1. Não é hora de tratar de política; 2. Foco de inquietação não será permitido; 3. É preciso dar tempo ao Chefe de Governo”.

Mesmo com a advertência, Danton Jobim escreveu no editorial do jornal:

Os últimos acontecimentos causaram grande impacto psicológico, sendo difícil raciocinar a frio sobre eles.

O processo que explodiu na grande crise vinha de longe, como se verifica pela leitura de documentos históricos como o discurso do Presidente na ECEME e a entrevista distribuída pelo Ministro da Guerra.

Confirmou-se em tudo a impressão que externamos em artigos nos dias que antecederam ao desfecho do episódio Márcio Alves.

[...]

Não se trata de um movimento em resposta a atitudes da oposição organizada, mas é conduta do próprio partido oficial: uma crise interna no dispositivo político do governo. Assim, não havia cogitação de outro sistema para substituir o atual, fundado na relação de forças da revolução de 1964.

A crise interna na base política do governo, tendo deflagrado a reação que deflagrou, conteria elementos, altamente explosivos se não tivesse a controla-los com firme liderança. E essa liderança, para evitar óbvios fatores de agravamento, teria de caber ao Presidente Costa e Silva.

Em nossa opinião, o Presidente tem hoje todos os atributos para conduzir o País à normalidade em prazo relativamente breve (ÚLTIMA HORA, 23/12/1968, p.2).

Apelando para o bom senso do Presidente, Jobim prossegue,

Seus poderes são terríveis, mas eles tanto podem influir para endurecer o regime, como para levá-lo a uma progressiva liberalização, em tempo curto.

<sup>43</sup> Última Hora, dia 21 d dezembro de 2010, p. 2.

Como lhe conhecemos as íntimas inclinações, temos a ideia de que escolherá o caminho menos penoso para a Nação.

[...]

Esta a única resposta que, por ora, podemos oferecer aos leitores que nos interpelam como se fossemos o “Bruxo de Tobruk”<sup>44</sup>. Para onde vamos? (ÚLTIMA HORA, 23/12/1968, p.2).

Apesar de todo o cuidado, Jobim critica a atuação do governo, identificando os ocorridos de forma muito lúcida para quem estava imerso nos fatos. O articulista, como já fizera anteriormente, reafirma que o lançamento do AI-5 ocorrera em consequência de uma crise interna no regime. Mesmo escrevendo no calor do momento, o articulista demonstra uma leitura muito precisa dos fatos.

No dia 24, véspera de Natal, enquanto o governo divulgava o Ato Complementar que regulou as cassações de mantados<sup>45</sup>, Danton Jobim, na página 2, escreveu uma mensagem de Natal:

Neste Natal eu gostaria de lembrar que estamos no Ano dos Direitos do Homem. Preferiria chama-los, aliás, Direitos da Pessoa Humana, para recordar que foi o cristianismo que elevou o homem-indivíduo a pessoa humana. Foi a mensagem evangélica que deu ao homem uma dignidade específica, decorrente de sua própria condição humana e o fez, assim, titular de direitos que nascem com ele e só se extinguem pela morte.

Os que violam esses direitos não respondem apenas perante os homens, mas perante Deus. Os que os desconhecem, desconhecem a origem divina do homem. Do mesmo modo que os que fazem mau uso dos “direitos imprescritíveis” ofendem a Deus, pois cada direito corresponde a um dever.

Entretanto, é preciso que os poderosos se abstenham de qualquer apelo à violência, para que o homem não veja frustrada a liberdade de que goza, não como dom de outros homens, mas como dom de Deus.

[...]

Grandes ou pequenos podem errar aos olhos do Senhor. Mas pecado maior é o dos grandes quando cometidos contra os pequeninos e os indefesos, como está na mensagem que Cristo nos deixou.

Entre as grandes liberdades, que correspondem a direitos básicos da pessoa humana, sem os quais todos os demais não existiriam, está a liberdade de consciência, que confere a cada um professar e pregar a sua religião segundo a sua consciência, e a liberdade de pensamento, de modo que eles possam expressar o seu pensamento e permutar informação.

[...]

Nas celebrações de Natal deve incluir-se o nosso firme propósito de seguirmos os ensinamentos de Cristo, não apenas naquilo que nos convenha, mas também naquilo que represente deveres para com os nossos semelhantes e para a comunidade a que pertencemos (ÚLTIMA HORA, 24/12/1968, p.2).

<sup>44</sup> Referência à capa do jornal Última Hora de 21 de dezembro de 1968 (ver capa no final do artigo) onde existe uma reportagem sobre as previsões para 1969 realizadas pelo Bruxo de Tobruck.

<sup>45</sup> Manchete: “Ato que regula as cassações é publicado e entra em vigor”.

Assim, de maneira figurada e reflexiva, Danton Jobim conseguiu expressar suas ideias num momento em que direitos civis estavam sendo cassados e a mídia sendo calada pela censura. Ao escrever sobre o Natal, o articulista conseguiu driblar a censura e expressar aquilo que desejava, mantendo-se na oposição ao regime. Nesta coluna, Danton Jobim, ao defender os Direitos do Homem, afirma que foi o cristianismo quem elevou o indivíduo a condição de “pessoa humana”, portanto, violar os direitos do homem é o mesmo que cometer uma violação contra Deus. E prossegue afirmando que o pior dos pecados é quando o “grande” comete erro contra o “pequeno e indefeso”. Assim, a perseguição do regime aos seus opositores representava um ataque, não aos homens, mas a Deus.

Quando escreve sobre o direito à liberdade de consciência, “o maior de todos os direitos” na opinião do articulista, este deve ser garantido a todos os homens. Aqui, Jobim, não podendo criticar abertamente a censura, utiliza-se de figuras de linguagem para expressar seu descontentamento com o “erro que o grande comete contra o pequeno e indefeso” e evoca o direito de consciência, ou seja, de poder voltar a pensar e escrever sobre aquilo que ele acredita. Jobim, neste editorial, procurou esclarecer aos seus leitores o que estava se passando na redação do jornal e o porquê dele estar, ao menos em parte, calado frente aos acontecimentos dos dias anteriores.

A partir deste dia, gradualmente o jornal UH deixa os assuntos ligados à política de lado. Um exemplo disto está no dia 27, onde no editorial, Tarso de Castro descreve a situação em Brasília:

Numa hora em que até jacaré anda nadando de costas – para usar a expressão da Tia Zulmira – Brasília está naquela fase movimentadíssima, de tal maneira que a manchete de um dos jornais da capital, ontem, era “Hoje tem cinema” (ÚLTIMA HORA, 27/12/1968, p.2).

No dia 28, a notícia principal a respeito dos últimos acontecimentos é “Costa a 199 gerais: Este é um governo que não almeja e nem tolera a ditadura”. Porém, novamente sem que os articulistas do jornal falem sobre o assunto. A manchete em destaque no jornal é “EUA: lua é nossa”, e completa “apesar de não pousarem na lua, os astronautas membros da missão foram os primeiros seres-humanos a circularem a Lua”<sup>46</sup>.

O dia 31 de dezembro noticiou, como principal manchete, a cassação dos direitos políticos: “Gama denunciou, Conselho de Segurança aprovou e Costa decretou: Cassados direitos de Lacerda e 11 deputados”. Na capa do jornal também consta uma notícia informando que o ex-deputado federal Márcio Moreira Alves havia se exilado em Santiago, no Chile.

---

<sup>46</sup> Última Hora, 27 de dezembro de 1968, p. 1.

Na primeira edição do jornal UH de 1969, dia 03 de janeiro, os editoriais do jornal falam sobre cinema, religião e arte, a política desapareceu. A exceção está em uma nota na página 2, dos editoriais, onde o Serviço de Relações Públicas da 11ª. Região Militar:

Quando meditamos sobre as razões que levaram o Governo a editar o ato institucional no. 5, não nos devemos deter apenas em observações superficiais, das atitudes provocadoras que foram desfechadas contra o regime. Temos de fazer uma avaliação de profundidade. Avalias as raízes, os móveis, das ações que perturbavam a tranquilidade do povo e o desenvolvimento do País, para, então, compreendermos a necessidade de médica de exceção (ÚLTIMA HORA, 03/01/1969, p. 2).

Nesta última nota oficial, os militares reafirmam seu discurso anterior, reafirmando que o lançamento do AI-5 ocorreu como forma de conter conflitos externos ao regime. Pois o papel do Estado era o de preservar a tranquilidade do povo.

Enquanto a última notícia relativa ao lançamento do AI-5 presente no jornal UH era emitida por um órgão oficial do governo, os editores, articulistas e jornalistas do periódico passam a escrever sobre cultura, esporte e outros assuntos menos polêmicos e “perigosos”. Conforme os dias foram avançando, a política foi gradualmente desaparecendo das páginas do jornal, notícias sobre cinema e cultura ganharam espaço e foram tomando o lugar do noticiário político-econômico.

O que entender disso tudo? O jornal Última Hora estava sendo censurado. As oposições de modo geral estavam sendo caladas. E, assim, o governo ditatorial fazia valer seu poder garantido pelo Ato Institucional número 5 que recém havia sido editado. As perseguições e cassações oriundas do AI-5 acabaram por limitar o poder de ação e de expressão da mídia brasileira. Claro que a grande mídia e alguns dos setores da imprensa da época se beneficiavam com o regime, porém foi nítida a limitação a que estavam sujeitos. Os jornalistas que se mantinham na oposição eram calados por seus próprios patrões, que ou estavam temerosos pela repressão ou, simplesmente, havia aderido às políticas do regime. Este fato acabou por alienar grandes setores da imprensa brasileira. Já os jornalistas, por estarem sujeitos às empresas que lhes empregavam, foram por elas calados. Quando isso não ocorreu, os censores, representantes do governo, trataram de fazê-lo. E com o jornal Última Hora não foi diferente.

#### **4 Conclusão**

Ao pesquisar o lançamento do Ato Institucional número 5, não pretendia esgotar o tema. Estava ciente das limitações de minha pesquisa. Por esse motivo, optei por uma análise centralizada na perspectiva da cobertura jornalística ao referido Ato Institucional e, para melhor analisá-lo, optei por um periódico de oposição ao regime: o jornal Última Hora.

Meu objetivo inicial era comprovar que o jornal Última Hora mantinha-se na oposição ao regime militar. Para isso, bastou ler o jornal do dia posterior ao lançamento do AI-5 para constatar que o periódico se mantinha como um veículo de oposição ao regime instalado.

De posse desta informação, passei a analisar como essa oposição era manifestada nas páginas do jornal Última Hora e qual era a interpretação que os articulistas do referido jornal faziam a respeito dos motivos para o lançamento do AI-5.

Para minha surpresa, o debate historiográfico em torno do lançamento do AI-5 que ocorreria nas décadas seguintes, já estava presente nos editoriais do jornal. Já naquela época, Danton Jobim e Moacir Wernek realizavam uma interpretação focada nos problemas internos do regime, onde o governo estava se fechando em função de uma crise *interna* causada por desavenças entre os diferentes grupos militares. E que o grupo *linha dura*, aliado ao Presidente Costa e Silva, havia tomado definitivamente as rédeas da “Revolução” através do lançamento do Ato Institucional número 5. Para os dois articulistas, o “golpe dentro do Golpe” havia ocorrido por motivações *internas* ao regime, o que contrariava as declarações oficiais do governo da época que davam conta de que a “evolução da Revolução” ocorrera para conter uma grave crise ocasionada pelas oposições ao regime.

Para os articulistas do jornal Última Hora, a derrota do governo frente à ala rebelde da ARENA, ao qual identificaram como membros da extinta UDN e partidários de Castelo Branco – ou seja, *castelistas* –, no caso da abertura de processo contra o deputado Márcio Moreira Alves, havia sido o estopim desta disputa. Com isso, Costa e Silva e o grupo *linha dura* se aproveitaram da situação de crise para fortalecer e centralizar o Poder Executivo e, assim, garantir a vitória na disputa interna pelo controle do regime. Dentro desta linha de interpretação, o “golpe dentro do Golpe” foi uma forma de a ditadura se reestruturar internamente, com o grupo ligado ao Presidente assumindo as rédeas do comando “revolucionário”.

Dentre as discussões a respeito do lançamento do AI-5 presentes na historiografia contemporânea, apenas uma não está presente nos editoriais do jornal Última Hora. Pois, seus articulistas não abordaram o motivo que possibilitou a aglutinação das diferentes correntes políticas internas ao regime. A falta desta interpretação provavelmente tenha ocorrido em função da proximidade dos articulistas com os fatos.

Mas ao lermos os pronunciamentos oficiais do regime, logo entendemos qual foi este fator de aglutinação dos distintos grupos pertencentes ao regime àquela época. Para melhor compreender isso, analisei dois casos presentes no jornal Última Hora: o primeiro referente ao discurso do Presidente Costa e Silva na ECEME e, o segundo, nas notas oficiais divulgadas pelo governo nos veículos de comunicação.

No primeiro caso, ficou nítida a busca presidencial pela conciliação das distintas correntes políticas presentes no seio do Exército. Inúmeras vezes, Costa e Silva, invocou as Forças Armadas a se unirem contra aqueles que tentavam dividi-la. Pois, nas palavras do Presidente, os “ilegítimos de 1964” tentam reconquistar suas posições perdidas pela “Revolução”. Neste sentido, Costa e Silva evocava o discurso que havia norteado a fala dos golpistas em 1964, ou seja, o discurso anticomunista. Pois somente apelando aos brios da hierarquia militar, ele poderia ter todas as alas do Exército ao seu lado e, assim, ampliar seus poderes. Segundo Motta, o anticomunismo era o elo de aproximação entre as distintas correntes políticas presentes nas Forças Armadas naquele momento.

Mesmo com a ausência da expressão “comunismo”, a fala do Presidente evocava o discurso anticomunista de quatro anos antes. Mas, não foi somente isso, pois Costa e Silva também se apresentava como aquele que poderia vencer os inimigos da “Revolução” ao se afirmar, inúmeras vezes, como o Chefe das Forças Armadas. Portanto, se existia um inimigo a ser derrotado, também existia o salvador preparado para vencê-lo, ou seja, o próprio Presidente.

Quanto ao segundo item. As notas oficiais emitidas pelo governo, nitidamente tinham duas funções: alertar e inibir. Alertar no sentido de informar as oposições – fossem elas políticas ou jornalísticas – que o governo não toleraria as insubordinações e as críticas, pois aquele era um “momento de tranquilidade<sup>47</sup>”. E, também, a função de inibir, pois ao afirmar que “as autoridades estão vigilantes e zelam pela manutenção da ordem e da tranquilidade do povo brasileiro<sup>48</sup>” tinham por objetivo impedir a articulação oposicionista e, assim, calar as críticas ao governo.

Por fim, a pesquisa realizada para produção deste artigo me possibilitou entrar em contato com uma temática muito rica. Que como afirmei antes, não se esgota aqui, pelo contrário, o período relacionado ao lançamento do Ato Institucional número 5 ainda esta em aberto, pois acredito que muito ainda teremos para discutir sobre este rico tema, principalmente quando todos os documentos sobre o período estiverem disponíveis aos pesquisadores. Outro fator importante é que acredito que a mídia brasileira ainda está carente de pesquisas historiográficas sérias. Assim, neste artigo, acredito que contribui na ampliação destes dois debates, seja o relacionado ao lançamento do AI-5 ou ao que se refere à participação da mídia brasileira na formação da História de nosso país.

---

<sup>47</sup> ÚLTIMA HORA, 20/12/1968, p. 1.

<sup>48</sup> Ibidem.

## Referências

- ALMANAQUE FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br>>. Acesso em 29 de jan. de 2010.
- ALVES, Márcio Moreira. Site biográfico sobre o ex-deputado. Disponível em <<http://www.marciomoreiraalves.com/>>. Acessado em 27 de jan. de 2010.
- BONINI, Adair. Os Gêneros do Jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/13%20art%2011%20P.pdf>> Acessado em 27 de mar. de 2008.
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acessado em 27 de jan. de 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Convite À Filosofia. 12ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. O que é Ideologia. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- CODATO, Adriano Nervo. “O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas” In: Revista História: Questões & Debates, no. 40, pp.11-36, Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- CODO, Wanderley. O que é Alienação. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1986.
- FABER, Marcos Emílio Ekman; FERREIRA, Ismael Wolf; SEVERO, Eduardo da Silva. A Imprensa Jornalística Porto-Alegrense e os Últimos Dias do Governo João Goulart. Revista Historiador, no. 1, vol. 1, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/um/marcosfaber.pdf>> Acessado em 27 de jan. de 2010.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GALVANI, Walter. Um Século de Poder: Os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- GAZZOTTI, Juliana. O Jornal da Tarde e o pós-AI 5: o discurso da imprensa desmistificado. In: MARTIN FILHO, João Roberto (org.). O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LIBANIO, João Batista. Ideologia e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1995.
- LOZANO, Jorge; PEÑA-MARÍN, Cristina; ABRIL, Gonzalo. Análise do Discurso: por uma semiótica da interação textual. São Paulo: Littera Mundi, 2002.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso Fundador: fundação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 1993.
- MARTIN FILHO, João Roberto (org.). O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O Anticomunismo Militar”. In: MARTIN FILHO, João Roberto (org.). O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso Fundador: fundação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>> Acesso em 26 de jul. de 2010.

RADTKE, Caren Aline Morsch. “Cultura Política e Discurso Jornalístico: Uma Possibilidade de Estudo em História a partir da Análise de Jornais”. In: Revista Historiador, n. 02, vol. 01, ano 01, dezembro de 2009, pp. 244–252. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/caren.pdf>> Acesso em 27 de jan. 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo: Aproximações na (re)construção de uma trajetória. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em 26 de out. de 2008.

RÜDIGER, Francisco. Tendências do Jornalismo. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

## Fontes Primárias

JORNAL ÚLTIMA HORA E JORNAL DO BRASIL. Arquivo do Museu Hipólito da Costa – Porto Alegre/RS.

JORNAL DO BRASIL. Arquivo Digitalizado no Google News. Arquivo digital disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em 29 de ago. de 2010.

JORNAL ÚLTIMA HORA. Arquivo Público de São Paulo. Arquivo digital disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>>. Acesso em 29 de jul. de 2010.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Arquivo disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 29 de jul. de 2010.

## Anexo: Capas

